

UMA ANÁLISE DA DISPUTA DISCURSIVA EM TORNO DA MEMÓRIA E DA HISTÓRIA DO GOLPE DE 1964

LUCIANO SEBASTIÃO RODRIGUES DIAS¹

LARISSA DE MORAIS RIBEIRO MENDES²

RESUMO

Este artigo se propõe a debater a disputa discursiva em torno da história e da memória do golpe de 1964 e do período do governo militar, no Brasil (1964-1985), e o efeito de verdade produzido pelo discurso jornalístico nesse sentido, a partir da análise de um vídeo produzido por apoiadores do governo Bolsonaro para celebrar o aniversário de 55 anos do início do regime, em 31 de março de 2019. O filme, de pouco menos de dois minutos, circulou nas principais redes sociais depois de ser compartilhado não apenas por apoiadores do presidente Jair Bolsonaro, mas também por um canal institucional do Palácio do Planalto. Entendemos que o produto audiovisual em questão materializa os esforços da extrema direita – que retomou o poder no Brasil, em 2019, dessa vez pela via eleitoral – para reposicionar os 21 anos de ditadura militar como passado memorável.

Palavras-chave: Golpe de 1964. Memória. Disputa Discursiva. Análise do Discurso. Discurso jornalístico.

Introdução

O dia 31 de março de 1964 representa um marco fundamental para compreender a história recente do Brasil. A data assinala o início do regime militar que impôs ao país quase 21 anos manchados por restrições às liberdades de manifestação e opinião, censura, prisões políticas, torturas e assassinatos de civis por parte do Estado, após um golpe militar³ contra o governo de João Goulart, eleito democraticamente (DREYFUSS, 1981; REIS, 2014; FICO, 2001). Mas uma outra versão desse momento da História, e da memória sobre esse período, vem ganhando força nas mídias sociais e nos palanques eleitorais, notadamente desde as manifestações pelo *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2015⁴. Grupos de apoiadores do presidente Jair

1 Mestre e doutorando pelo programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (UFF). É formado em Jornalismo e em Cinema pela UFF e possui MBA em Gestão de Negócios pelo IBMEC e em Marketing Digital pelo Infnet. Também tem pós em Executivo de Cinema e TV pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Trabalhou por 32 anos na grande imprensa (jornal, revista, site e tv). e-mail: lsdias@gmail.com

2 Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) há pouco mais de uma década e desde 2018 integra o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC) na universidade. Graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é mestre em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e doutora na mesma área pela UFF. Como jornalista, trabalhou em diversos veículos impressos e digitais, e em assessorias de comunicação. e-mail: larissamorais@id.uff.br

3 Embora, a partir de pesquisa do historiador Daniel Aarão Reis (2014) muitos trabalhos falem em “golpe civil-militar” e “ditadura civil-militar”, com o objetivo de acentuar o apoio de boa parte da sociedade civil ao golpe de 1964 e ao regime que o sucedeu, neste trabalho serão mantidas as expressões “golpe militar” e “ditadura militar”, também usadas correntemente em diversos estudos e pesquisas sobre o período, livros didáticos e textos da imprensa.

4 Segundo Casimiro (2018), o processo de ascensão da nova direita no Brasil se tornou mais visível a partir das manifestações pelo *impeachment* da presidente Dilma, mas tem origem mais remota, nos anos 1980, a partir da criação de uma série de instituições responsáveis por propagar o ideário liberal, no país. Na atualidade, ainda segundo o autor, a nova direita tem se caracterizado pelo ataque a concepções progressistas, repúdio ao bem público e exaltação exacerbada do mercado.

Messias Bolsonaro retomam o discurso, amplamente veiculado durante o período de ditadura, que sustenta que o golpe foi um movimento político necessário para barrar o comunismo no país, e que os governos militares trouxeram paz e prosperidade no país.

Grupos políticos ligados ao Exército e ao presidente Bolsonaro atuam no que muitos autores têm tratado com revisionismo histórico (CASIMIRO, 2018) e Buzalaf (2019) prefere nomear como negacionismo⁵. Em síntese, esses grupos de direita lutam pela revisão do modo como o golpe vem sendo abordado desde a abertura política. Neste trabalho, vamos abordar a questão pela perspectiva do discurso, explorando questões relacionadas à história e à memória do golpe. O objetivo é analisar a disputa em torno dos discursos sobre o golpe de 1964 e o período do governo militar, a partir da análise de um vídeo produzido por apoiadores do governo Bolsonaro para celebrar o aniversário de 55 anos do início do regime. O vídeo de pouco menos de dois minutos circulou intensamente⁶, depois de ser compartilhado não apenas pela rede de apoiadores do presidente nas principais mídias sociais, mas também por canais institucionais do Palácio do Planalto.

Compreende-se que o vídeo em questão consiste em objeto de estudo relevante à medida que materializa a luta político-ideológica em torno da memória e da História do período de ditadura no Brasil e, com discurso, representa a própria luta em curso. Como nos lembra Marc Ferro (1989), a História está sempre em disputa e permanece constantemente vigiada pelos atores e instituições que a constituem. A perspectiva de Michel Foucault complementa o modo como compreendemos essa disputa. O filósofo francês sustenta que a história não cessa de ensinar que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas *aquilo por que, pelo que se luta*, o poder do qual queremos nos apoderar” (FOUCAULT, 2006, p. 10, grifo nosso). O vídeo se impõe, portanto, como um instrumento de afirmação de poder, no momento político em que militares reassumiram o comando da nação, depois de 34 anos fora do núcleo de decisões do Executivo. O esforço de legitimação da ideia de que o período militar representa um passado memorável, no sentido de que merece ser conservado como uma recordação positiva, fez parte da estratégia política de campanha do presidente Bolsonaro e representa, hoje, importante componente de sua sustentação no governo.

A perspectiva teórica deste trabalho é complementada pela ideia de que não existe memória “pura”. Ao contrário, é sempre múltipla e flexível, e pode abarcar diferentes pontos de vista, como ensina Bergson (1929). O autor sustenta ainda que, por não existir de modo puro, a memória é sempre uma construção social no presente e pode ser constantemente reformulada, a partir de diferentes discursos, no jogo interativo do mundo social e a partir da disputa entre perspectivas. É dessa disputa que vamos tratar.

5 Para a autora, em alguns casos – como no filme “1964 – o Brasil entre armas e livros”, que ela analisa – o revisionismo chega a ser um eufemismo para uma abordagem negacionista, já que o que se propõe não é um outro olhar para o passado com bases documentais e científicas, mas, sim, com argumentação relativista.

6 Não é possível saber ao certo o total de visualizações do vídeo, pelo fato de ele ter sido divulgado por diferentes meios e pelo WhatsApp, onde não há como contabilizar audiência.

Contexto e memória

O 31 de março de 2019 foi o primeiro aniversário do golpe, no governo Bolsonaro. Pelo presidente, a data foi comemorada⁷ com um discurso favorável à intervenção das Forças Armadas, saudada por ele como revolução, e à permanência dos militares no poder por mais de duas décadas. Foi nesse contexto de celebração que o vídeo em questão veio a público.

Seis dias antes da data, portanto em 25 de março de 2019, o vice-presidente, Hamilton Mourão, defendeu uma revisão histórica da compreensão sobre o 31 de março. O militar disse que, no futuro, o dia que marca o início dos governos militares no Brasil seria visto como o “ápice das (necessárias) intervenções militares” no país. Em entrevista publicada no dia seguinte pelo jornal O Estado de S. Paulo⁸, Mourão afirmou que as Forças Armadas combateram o comunismo no Brasil. A reportagem foi motivada por notícia publicada pelo mesmo periódico no dia anterior informando que o presidente Jair Bolsonaro havia orientado os quartéis a comemorem a data⁹.

Paralelamente às informações da imprensa sobre manifestações favoráveis ao golpe e a intenção de comemorar a efeméride política, apoiadores do governo disseminaram nas redes sociais uma série de declarações, artigos e reportagens em defesa do regime militar produzidos por eles mesmos ou por terceiros. Segundo reportagem de O Estado de São Paulo¹⁰, entre os 51 perfis digitais de divulgadores primários dessas informações estavam o do próprio presidente Jair Bolsonaro e de dois de seus cinco filhos: o vereador Carlos Bolsonaro (PSC-Rio de Janeiro) e o deputado estadual Eduardo Bolsonaro (PSL-São Paulo). A rede incluiu também artistas, políticos, *youtubers*, esportistas, jornalistas, ativistas e empresários, como pessoas físicas ou jurídicas.

O empresário paulista Osmar Stábile¹¹, que não está associado diretamente a nenhum perfil da lista, assumiu publicamente que produziu e financiou o vídeo analisado. Conselheiro vitalício do Corinthians e ex-candidato a presidente do clube, Stábile é também sócio de uma indústria de estampados de metal. O produto emergiu para uma audiência ampla ao ser compartilhado por um dos canais oficiais de comunicação do Palácio do Planalto¹² e pelo perfil do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-São Paulo) no Twitter e, por consequência, ao ser pautado pela grande imprensa¹³.

7 A palavra comemoração foi substituída pela expressão eufemística “rememoração” pelo presidente Jair Bolsonaro e por militares para amenizar a repercussão na imprensa da informação de que as Forças Armadas, especialmente o Exército, estavam organizando eventos para celebrar os 55 anos do golpe de 1964. Reportagem disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/bolsonaro-muda-tom-e-diz-que-ideia-e-rememorar-e-nao-comemorar-golpe-de-1964.shtml>. Acesso em: 2 ago. 2019.

8 Reportagem disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,mourao-defende-revisao-historica-do-inicio-da-ditadura-militar,70002770587>. Acesso em: 2 ago. 2019.

9 Reportagem disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-estimula-celebracao-do-golpe-militar-de-1964-generais-pedem-prudencia,70002766930>. Acesso em: 2 ago. 2019.

10 Reportagem disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,rede-bolsonarista-jacobina-promove-linchamento-virtual-ate-de-aliados,70002758175>. Acesso em: 04 ago. 2019.

11 Empresário diz que bancou vídeo sobre golpe de 64 divulgado pelo Planalto. Folha de São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/empresario-diz-que-bancou-video-sobre-golpe-de-64-divulgado-pelo-planalto.shtml>> Acesso em: 4 ago. 2019.

12 Um grupo de Whatsapp do qual faziam (ou fazem) parte jornalistas da imprensa dita tradicional.

13 BOLDRINI, Angela. Planalto e Eduardo Bolsonaro divulgam vídeo que celebra golpe de 64. Folha de São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/planalto-e-eduardo-bolsonaro-divulgam-video-que-celebra-golpe-de-64.shtml>>. Acesso em: 4 ago. 2019.

Quanto ao papel da imprensa e das redes sociais na ascensão da direita no Brasil, atualmente, Miguel (2018) sustenta que

Graças à visibilidade que obteve, fruto tanto da utilização competente das novas ferramentas tecnológicas quanto pelo espaço concedido pelos meios de comunicação tradicionais, a direita extremada, em suas diferentes vertentes, contribuiu para redefinir os termos do debate público no Brasil, destuindo consensos que pareciam assentados desde a ditadura militar. (MIGUEL, 2018, p. 23).

Na saudação ao golpe de 1964 em 2019, pelo vídeo, é flagrante o resgate a uma memória coletiva que estava latente. Aqui, processa-se uma harmonização entre a memória autobiográfica e a histórica. Halbwachs (1999) as distingue, sendo a autobiográfica ocupada por lembranças pessoais e a histórica reservada à participação do indivíduo como integrante de um grupo.

Esses dois tipos de memórias, na análise de Halbwachs (1999), se interpenetram frequentemente. A autobiográfica, algumas vezes, para confirmar lembranças ou preencher alguma lacuna, pode apoiar-se sobre a memória coletiva e até confundir-se com ela. Uma questão central na obra do autor é que a memória individual existe sempre a partir de uma coletiva, uma vez que as lembranças são constituídas no interior de algum grupo específico. A fonte de impressões, sentimentos, reflexões que as pessoas atribuem a si mesmas seriam sempre inspiradas pelo grupo. A partir da vivência coletiva, as lembranças poderiam ser reconstruídas e simuladas. Essa dinâmica revela um jogo de poder na disputa pelo discurso a respeito do 31 de março.

Na ponte entre a memória histórica e discursiva, o indivíduo é interpelado pela ideologia, que atua sobre a memória e o esquecimento de fatos que não são coerentes com a memória que se quer fixar (ORLANDI, 2015).

A Análise do Discurso como instrumento de análise

O vídeo em questão será analisado sob a ótica da escola francesa de Análise do Discurso. Uma das principais pesquisadoras dessa linha de análise no Brasil, Eni Orlandi (2015) explica que o discurso é símbolo (palavra, som e imagem) em movimento e a Análise do Discurso (AD), a decomposição em quadro/*frame* desse movimento. Cada *frame* do vídeo com o discurso da comemoração do golpe de 1964 é interpelado pela ideologia presente no discurso de legitimação da “revolução” militar presente também em outros discursos do passado sobre a ditadura, num embate incessante. O discurso de 2019 retoma, portanto, sentidos preexistentes e disputa outros, num novo cenário marcado pela constestação de discursos que foram historicamente autorizados.

Compreendendo metáforas, paráfrases e deslizes como noções que sustentam a possibilidade de análise, observamos esses elementos no discurso de 2019, atentos à retomada de argumentos que os miliares procuraram fixar em 1964. Mas se décadas atrás essa fixação de sentidos se dava, principalmente, por meio da grande imprensa, em sua maioria alinhada ao governo militar, hoje a disputa se dá num espaço público comunicacional ampliado pelas novas tecnologias (MIÈGE, 1999)¹⁴, em comparação à época do golpe.

14 Para o autor, o espaço público na atualidade é marcado também por ser fragmentado e “perpetuado” (os debates se estendem sem limite), além de extremamente mercantilizado.

Cabe lembrar que, embora a maior parte dos veículos de imprensa – com exceção da Última Hora, entre os jornais mais representativos da imprensa brasileira – tenha defendido a intervenção dos militares (BARBOSA, 2007), com o golpe, esses mesmos veículos ficaram sob censura, ora mais ora menos ostensiva, depois do golpe. Ainda segundo a autora, mesmo nas épocas menos truculentas, o receio de reprimendas levava a maior parte dos jornalistas a se auto-censurar.

Nesse sentido, a Análise do discurso das redes vai observar a estreita relação entre língua, ideologia, discurso e o sujeito, com o objetivo de compreender em que medida a celebração da efeméride reproduz elementos da legitimação do golpe em sua origem. Sob esse aspecto, o olhar analítico e interpretativo – para enxergar a opacidade da linguagem e como os sentidos estão sendo ditos ou ocultados (ORLANDI, 2015) – pode contribuir para refletirmos sobre a relação entre o discurso divulgado nas redes sociais e tantas vezes propagado na grande imprensa no período de ditadura.

Destrinchando o objeto

A análise do discurso do vídeo comemorativo do 55º aniversário do golpe de 1964 parte da observação e da descrição de três camadas que se entrelaçam, complementam-se e se fundem na construção do discurso. Imagem, som e linguagem (texto) são apresentados separadamente, mostrando como um sublinha o outro produzindo um sentido único. A descrição e a observação mesmo sendo um prólogo da análise é também parte dela, num processo que poderia ser comparado à interpelação do indivíduo pela ideologia, resultando no sujeito.

Antes, contudo, de partirmos para a análise do conjunto das diferentes linguagens envolvidas na breve produção audiovisual, se faz relevante o registro da íntegra do texto do vídeo:

Se você tem a mesma idade que eu, um pouco mais, um pouco menos, sabe que houve um tempo em que nosso céu de repente não tinha mais estrelas que outros. Nem nossa vida e nossos campos e bosques mais flores e amores. Se você é jovem já deve ter ouvido isso de seus pais. Mas se você quer mais detalhes, quer depoimentos, ter certeza que isso é verdade, faça uma pesquisa, consulte jornais, revistas, filmes da época, você vai ver. Era assim, um tempo de medo e ameaças. Ameaças daquilo que os comunistas faziam onde era imposto, sem exceção. Prendiam e matavam seus compatriotas. Havia, sim, muito medo no ar. Greve nas fábricas, insegurança em todos os lugares. Foi aí que, conclamado por jornais, rádios, TVs, e principalmente pelo povo na rua – povo de verdade, pais, mães, Igreja –, que o Brasil lembrou que possuía um Exército nacional e apelou a ele. Foi só aí que a escuridão, graças a Deus, foi passando, passando, e fez-se a luz. A bandeira verde e amarela voltou a tremular e o medo deu lugar a confiança no futuro. O Exército nos salvou. O Exército nos salvou. Não há como negar. E tudo isso aconteceu num dia normal como um de hoje, um 31 de março. Não dá para mudar a história. Exército não quer palmas nem homenagens. O Exército apenas cumpriu o seu papel¹⁵.

15 Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dawHdXdWjM8>, entre outros canais.

O discurso de um minuto e cinquenta e cinco segundos (1'55") pode ser dividido em três fases, com duas passagens¹⁶. Os cinco pontos de análise (as fases e as passagens) estão em dois blocos analíticos, divididos pelo momento em que a voz (do locutor-ator) do discurso sai de cena, em um minuto e quarenta e um segundos do início (1'42"). Uma primeira passagem ocorre em minuto e doze segundos (1'12") após o início, quando as imagens em preto e branco ganham outras cores. Aqui, os discursos da imagem, do som e do texto (língua) correm paralelos em um mesmo ritmo e numa mesma linha visual, sonora e de sentido. Os três formam camadas que se somam e se fundem em harmonia.

Na primeira fase, em preto e branco, um homem aparentando em torno de 70 anos de idade apresenta um Brasil vivendo um "tempo de medo" e insegurança, com greves e ameaça comunista. Na segunda fase, em cores, o discurso narra como o Exército foi chamado e "nos salvou".

A segunda passagem, no início do segundo bloco analítico, é marcada por um corte acentuado, em um minuto e quarenta e dois segundos do início (1'42"). Essa passagem não acontece só na narração. O discurso deixa de ter um rosto e surge uma voz em off. Um "porta-voz" (não oficial das Forças Armadas) diz que o Exército "não quer palmas" e que "apenas cumpriu seu papel".

As observações de fora e sobre a superfície do discurso e de sua estrutura mais visível trazem elementos para uma análise da dimensão do sujeito mais determinada justamente pela exterioridade: a função-autor (ORLANDI, 2015). No caso estudado, com duas fases bem definidas, a construção da materialidade do discurso pode levar a uma conclusão equivocada. Uma ruptura no meio do discurso pode sugerir a existência de duas autorias, de dois discursos distintos.

Para cada momento do vídeo, um sujeito-autor é posto visível, fazendo o espectador supor a existência de dois discursos. No primeiro bloco, a função-autor do sujeito está vinculada a um homem que representa a "voz de um senso comum" (VIANA, 2008) e ao mesmo tempo alguém que seria portador de uma memória reveladora de um passado real e concreto. No segundo bloco, a função-autor se apresenta como a "voz oficial" da instituição Exército, autor com "suas intenções, objetivos, direção argumentativa" (ORLANDI, 2015) bem definidos.

A duplicidade, porém, é falsa. O discurso é único, o sujeito é único, assim como a autoria. Como veremos a seguir, o autor-sujeito troca o uniforme de civil pelo de militar, mas é único ao ser "responsável pela unidade e pela coerência do que diz" (ORLANDI, 2015). A ilusão de apresentar duas autorias e, conseqüentemente, dois discursos e duas materialidades sobre o mesmo suporte pode ter a intenção transmitir isenção ao discurso e conquistar um leitor de outro lugar social, no caso um leitor que ainda não se identifica com a causa em questão.

16 Na reportagem jornalística, passagem é o momento em que o repórter aparece na tela com informações complementares. Neste caso, é representada pela fala do narrador do vídeo.

Elementos visuais e sonoros

O vídeo tem início com imagens em preto em branco, tons que ocupam 63% do tempo total. A câmera está fechada no rosto de um homem branco, de óculos, aparentando 70 anos, como dissemos. A escolha de uma pessoa com idade suficiente para ter vivido o período pré-golpe de 1964 opera como um atestado de testemunho real do período anterior à intervenção militar. A face do narrador é mostrada em detalhes, em variações de cinza (o preto no branco), o que o torna real e comum, uma pessoa encontrada em qualquer esquina e, ao mesmo tempo, um indivíduo próximo e no qual se pode confiar. A imagem abre no primeiríssimo plano e caminha para o clássico primeiro plano¹⁷, em um movimento que acompanha o trecho do discurso que começa descrevendo um cenário no qual o céu “não tinha mais estrelas”.

O rosto expressa as emoções sem exageros. Mesmo quando descreve ações associadas, no discurso, a regimes comunistas (“prendiam e matavam”), o locutor é econômico nas expressões faciais. Em momentos como esse, o locutor imprime um leve tom de alerta e uma consequente mudança na expressão (do ator), sem criar contrastes fortes em relação ao tom de seriedade e serenidade impresso no discurso. Na maior parte do vídeo, principalmente no início, quando o narrador tenta unir fragmentos de memórias cotidianas com registros históricos do período anterior ao golpe, os movimentos obedecem às palavras ditas por ele. O tom da voz mantém o rosto sem grandes sobressaltos e contém a emoção facial para que ela surja, no momento exato, ‘explosiva’ ao pronunciar que o “Exército nos salvou”.

As cores marcam a passagem para segunda fase do discurso. Os novos tons surgem junto com a Bandeira do Brasil e no instante em que o locutor aparece em primeiro plano, quando é possível ver seus ombros. O verde, o amarelo e o azul vão contrastar com a pele caucasiana muito levemente bronzeada por maquiagem, cabelos brancos e a camisa lisa branca do homem que a veste. Todo movimento contido do locutor durante o trecho em preto e branco serve para contrastar com o único momento no qual ele se expressa com mais veemência, em tom de voz e expressão facial, para destacar a ação do Exército, quando as cores já ocupam a tela.

O verde, azul e amarelo ganham espaço justamente quando o período “sem estrelas” é deixado para trás e surge a solução para o medo que estava “no ar”. As imagens em preto e branco são acompanhadas de expressões que fazem alusão ao Hino Nacional Brasileiro, como “vida sem amores” e “bosques sem flores”, e representam o período anterior ao golpe. O momento de “luz” colorido retrata a intervenção militar, responsável por instaurar a “confiança no futuro”.

A passagem da segunda fase para a terceira é feita com *fade-out*, quando o narrador sai de cena e a Bandeira do Brasil ressurgem tremulando. Sobre ela, vem registrada a data do golpe militar. O “31 de março” fica exatamente sobre a palavra “Progresso”, e ao lado da expressão “Ordem”. Uma voz em *off* atribuída ao Exército assina o discurso.

O vídeo possui três sequências sonoras: uma composição instrumental, o Hino Nacional Brasileiro e a ausência de som. A composição que acompanha o início do vídeo tem o ritmo preto e branco das imagens, das expressões ditas e do balançar da cabeça sempre no mesmo compasso do narrador.

17 O cinema utiliza uma nomenclatura para classificar de enquadramento. Os dois citados são Primeiro Plano (PP) – A figura humana é enquadrada do peito para cima; e Primeiríssimo Plano (PPP) – A figura humana é enquadrada dos ombros para cima. Na imagem analisada, o enquadramento inicia em PPP e termina em PP.

As notas de uma canção não identificada saem do piano. O som, que se aproxima de trilha incidental sem identidade, sublinha o trecho do momento pré-golpe da narração. O tom da voz vai na mesma cadência. Algumas palavras são ditas em um volume um pouco acima do tom geral do discurso, tanto no trecho em preto e branco quanto no colorido. Na fase em preto e branco, as expressões “sem exceção” e “Exército” são ditas com veemência. A primeira cria um paralelo sonoro entre o dito “sem exceção” e o não-dito pelo narrador “regime de exceção”.

Na fase colorida, o volume da voz aumenta pontualmente para destacar a palavra “Exército” duas vezes, em “o Brasil possui um Exército nacional” e “o Exército nos salvou”, em momentos de ápice do discurso, quando cores, abertura de câmera e o Hino Nacional se unem. Após a frase “o Exército nos salvou”, o tom da voz volta a ficar mais suave para falar de vida cotidiana (“um dia como um de hoje, um 31 de março”) e de história (“Não dá para mudar a história”).

Outras expressões que se destacam no discurso, pela sonoridade, são: “mais detalhes”, “ter certeza” e “igreja”. A ênfase dada às duas primeiras é um recado a possíveis incrédulos convocando quem tem dúvidas a procurar a “verdade” em registros e documentos encontrados em jornais, revistas e filmes “da época”, que ajudaram a construir a versão da História que o vídeo quer corroborar.

“igreja” surge como uma categoria de “povo de verdade”, precedida das palavras (com ênfase menor) “pais”, “mães” (outras duas categorias de “povo”), “jornais”, “rádio” e “TV”, que conclamaram o Exército a agir. A palavra “igreja” (representando a ideia de Deus) é dita num tom acima das outras palavras próximas.

A regência da trilha inicial muda o andamento quando o discurso deixa de descrever o período anterior à derrubada do presidente João Goulart para destacar a reação da sociedade civil pedindo ajuda ao Exército brasileiro para enfrentar os inimigos “comunistas”. O volume da música instrumental é levemente aumentado e ouve-se som de bateria, o instrumento vai fazer um dueto com a introdução do Hino Nacional, que entra forte contrastando com a trilha inicial desconhecida do brasileiro médio.

O trecho do hino executado é a introdução da composição. A frase “e fez-se a luz” dita pelo narrador é o sinal para o início dos acordes da música. A parte instrumental da introdução do Hino Brasileiro possuía uma letra, que acabou excluída da sua versão oficial. O trecho de autoria do então presidente da província do Rio de Janeiro, nos anos de 1879 e 1880, Américo de Moura, foi retirado do Hino Nacional e ficou esquecido. Os motivos da retirada têm relação ao estilo do texto, mais direto se comparado com os versos de Joaquim Osório Duque Estrada, e da necessidade de uma introdução apenas instrumental na composição de hinos, segundo a musicata Anete Fernandes: “É importante para que as pessoas, ao iniciarem o hino, reconheçam a nota que deverão entrar”¹⁸.

O hino (signo sonoro) então surge junto com a cor (signo visual) e a “luz” (signo linguístico), após o período de uma trilha não associada ao Brasil (signo sonoro) preto e branco (signo visual) e “sem estrelas” (signo linguístico). A canção de letra oculta traz palavras esquecidas de “Brasileiros! Sempre avante”, que diz: “Servi o Brasil sem esmorecer”.

O corte para parte final do discurso é profundo tanto no áudio quanto na imagem. A voz em *off* substituindo a do cidadão da história oficializa o discurso e o assina, em nome do Exército. A fala é regular e “profissional”, como a de um locutor de rádio estatal lendo uma nota oficial. Com exceção da palavra “apenas”, toda as outras (“O Exército não quer palmas nem homenagens, o Exército apenas cumpriu o seu papel”) são pronunciadas no mesmo tom. O “apenas” dito com mais destaque naturaliza o papel da corporação em 1964.

Elementos linguísticos

O início do discurso vai apresentar um testemunho e sugerir outros dois. O narrador se apresenta como testemunha do período histórico de antes, durante e depois do golpe. Pode ser visto como um tio, um pai ou um avô que, pela idade, pode ser interpretado como um guardião da história que viveu na cotidianidade. Uma figura representativa de uma memória institucional e emocional, “arquivo vivo” da história do país.

Uma vez estabelecida a identificação entre autor e audiência, o discurso é emocional, cívico e nacionalista: “...sabe que houve um tempo em que nosso céu de repente não tinha mais estrelas que outros. Nem nossa vida e nossos campos e bosques mais flores e amores”. O trecho cita expressões do Hino Nacional para descrever um cenário sem luz (estrelas), cores (campo, bosques e flores) e sentimento positivo (amores), reforçando o preto e branco da imagem e servindo de introdução ao áudio do hino.

A ancoragem citada acima é reforçada no trecho: “Se você é jovem já deve ter ouvido isso de seus pais”. Aqui, o discurso assume a voz da sabedoria. Não é uma referência qualquer, e sim a de alguém em quem normalmente se confia, o pai. A credibilidade da figura paterna é emprestada ao discurso. As últimas fontes sugeridas são testemunhos em periódicos e filmes que reproduzem o discurso hegemônico da época. “Mas se você quer mais detalhes, quer depoimentos, ter certeza que isso é verdade, faça uma pesquisa, consulte jornais, revistas, filmes da época, você vai ver...”, diz o narrador.

“Medo” e “ameaça” são palavras usadas para caracterizar o período pré 31 de março de 1964: “Era assim, um tempo de medo e ameaças”. A expressão “um tempo” determina quando “medo” e “ameaça” existiram. Depois do tempo, localiza a ideologia que provocava o medo: “Ameaças daquilo que os comunistas faziam onde era imposto, sem exceção”. As palavras “imposto” e “sem exceção” retiram do comunismo a possibilidade de ser desejado. O “medo” ganha ação na descrição de atos do regime comunista: “Prendiam e matavam seus compatriotas”. O “medo” e o “comunismo” serão relacionados a movimentos internos no Brasil: “Havia, sim, muito medo no ar. Greve nas fábricas, insegurança em todos os lugares”.

“Foi aí que, conclamado por jornais, rádios, TVs, e principalmente pelo povo na rua – povo de verdade, pais, mães, igreja –, que o Brasil lembrou que possuía um Exército nacional e apelou a ele”. A nação é o personagem principal desse trecho do discurso. O Brasil se lembrou (o subtexto é que antes havia esquecido, e portanto tem pouca memória) do Exército e “apelou para ele”. Quem vai acordar a nação, em conjunto (“conclamar”) são a imprensa (tradicional), e o “povo de verdade”, um povo instituição: a “família” e a “igreja”.

“Foi só aí que a escuridão, graças a Deus, foi passando, passando, e fez-se a luz”. A passagem com referência religiosa desse trecho é o ponto de inflexão. “Deus” substitui o Exército. Graças ao Exército (militares), a escuridão passou lentamente e a luz surgiu. A lentidão da passagem da escuridão para luz, além de suavizar a ruptura, justifica o golpe e os 21 anos de governo para eliminar, segundo a versão dos militares, as ameaças à democracia, à liberdade (do capital), à família e à igreja. “A bandeira verde e amarela voltou a tremular e o medo deu lugar à confiança no futuro”. O retorno da bandeira brasileira reforça que o símbolo do país estava ausente. A presença do verde e amarelo no lugar do vermelho (“medo”) traz ordem (“confiança”) no progresso (“futuro”).

“O Exército nos salvou. O Exército nos salvou.” A frase repetida duas vezes em tom enfático tem a função de solidificar a mensagem de que o Exército foi heroico. “Não há como negar”. E amarra a ideia central com uma mensagem que se antecipa a opiniões contrárias: “E tudo isso aconteceu num dia normal como o de hoje, um 31 de março. Não dá para mudar a história”. O discurso volta a costurar a história vivida no cotidiano, por meio do depoimento de quem a testemunhou, à História concreta (ciência). E cola o 31 de março do passado com o vivido 55 anos depois, no governo Bolsonaro. “Exército não quer palmas nem homenagens. O Exército apenas cumpriu o seu papel.” O Exército apresenta uma resposta às pressões para não comemorar a data e se coloca como uma instituição que “apenas” faz o que deveria fazer como instituição, na defesa do país.

Conclusão

Nos três elementos – visual, sonoro e linguístico – notamos três formações discursivas: militarista, anticomunista e pró-intervenção militar. Essas são também, por consequência, as formações ideológicas do discurso (ORLANDI, 2015). As três formações partem de uma conjuntura sócio-histórica de retorno ao poder, pela via democrática, de militares da reserva que direta ou indiretamente estiveram envolvidos no regime (não democrático) instaurado no país após 31 de março de 1964. Juntas, tais formações darão novos sentidos a símbolos expressos em imagens, sons e palavras, que serão interpeladas pelo sujeito. Um sujeito “autônomo”, mas também determinado por condições externas do momento histórico e social, marcado pela ascensão de uma direita conservadora nos hábitos sociais e com uma pauta liberal na economia.

O interdiscurso¹⁹ regionalizado por essas formações discursivas traz, escondido pelo esquecimento, um momento histórico particular. É um 1964 “revolucionário”, com instituições civis, a exemplo da imprensa, defendendo a intervenção militar como uma saída para manter a democracia e interromper o governo de João Goulart, associado, naquele momento histórico (pelo discurso da imprensa hegemônica), a um regime de esquerda autoritário. Paralelamente, o 1964, que, posteriormente, a História (ciência) oficial vai cristalizar como um golpe militar contra um governo eleito democraticamente (versão, mais tarde, também aceita pela imprensa hegemônica que apoiou o golpe), que também está na estrutura do interdiscurso.

As condições de produção que constituem os discursos funcionam de acordo com a relação de sentido, entre outros fatores. Ou seja, o discurso de 1964 “revolucionário”, como todo o discurso, se relaciona com outro. Nesse caso, com o discurso da ameaça de golpe comunista. Orlandi (2015), sustenta que um dizer tem relação com outros que podem ter sido realizados, imaginados ou possíveis. No caso, o dizer de 1964 revolucionário, estamos falando de um dizer imaginado ou possível, embora não comprovadamente realizado, uma vez que nunca se comprovou por meio de pesquisas históricas que comunistas tinham uma ação em curso para tomar o poder no Brasil.

Para compreender qual a relação de um dizer com outro é preciso analisar as condições de produção do sentido, sua relação com a memória e em qual formação discursiva foi produzido. A forma de esquecimento do discurso analisado é, sob a perspectiva de Pêcheux (apud ORLANDI, 2015), ideológico. O esquecimento ideológico involuntário do sujeito vai permitir que os símbolos desse discurso tenham um “novo” sentido. Esquecer o que já foi dito e documentado sobre perseguições, falta de liberdade, censura, tortura e crise econômica durante o regime militar pode levar o sujeito que assiste ao vídeo a se identificar com o que se diz sobre um 1964 revolucionário formulado em oposição a um 1964 golpista – esse último situado como uma realidade inventada, já que pelo discurso formulado “não há como mudar a História”.

A memória discursiva (saber discursivo) vai tornar possível formular um discurso com expressões encharcadas de ideologia e memória com sentidos transferidos. A atualidade vai formular o já dito (pela direita) com uma aparência de novo, como se fosse uma revisão da História (que reconhece o período militar como uma ditadura): o Exército teria salvado o país de um regime comunista violento e ditatorial.

Dessa maneira, a metáfora (LACAN, 1966, apud ORLANDI, 2015) vai transferir para símbolos sonoros, visuais e linguísticos sentidos estabelecendo um modo próprio de significação para palavras, imagens e sons. O preto e branco da imagem, a trilha sonora sem identidade e um conjunto de palavras positivas, como “céu”, “vida”, “campo”, “bosques” e “amores”, são negativadas no discurso, e as palavras negativas “medo” e “ameaça” são superpostas dando um sentido único e negativo a um período. Um conjunto de símbolos – imagens coloridas, Hino Brasileiro e expressões como “povo de verdade”, “pais, mães, igreja”, “Deus”, “fez-se a luz” e “confiança no futuro” – contribui para compor o discurso que afirma que o “Exército nos salvou”. O tom ameno, quase didático, do discurso dá a ele um caráter oficial, do lado da História e distante dos extremos, para um sujeito-leitor que gostaria de ouvir um discurso não-inflamado reafirmando valores como o amor à pátria, à família, à igreja e à verdade (histórica). O sujeito-leitor é chamado a vislumbrar um futuro de progresso, ordem e liberdade. Em tom, língua e cores nacionalistas, o vídeo desenterra do passado um discurso fossilizado e reivindica para ele novo lugar na História.

AN ANALYSIS OF THE DISCURSIVE STRUGGLE ABOUT THE MEMORY AND HISTORY OF THE 1964 COUP

ABSTRACT

This article aims to debate the discursive dispute over the history and memory of the 1964 coup and the period of the military government in Brazil (1964-1985), and the truth effect produced by the journalistic discourse in this sense, from the analysis of a video made by supporters of the Bolsonaro government to celebrate the 55th anniversary of the beginning of the regime, on March 31, 2019. The film of just under two minutes circulated on the main social networks after being shared not only by supporters of President Jair Bolsonaro, but also by an institutional channel of the Planalto Palace. We understand that the audiovisual product in question materializes the efforts of the extreme right – which took back power in Brazil in 2019, this time through the electoral route – to reposition the 21 years of military dictatorship as a memorable past.

Keywords: 1964 Coup. Memory. Discursive Dispute. Speech Analysis. Journalistic Speech.

Referências

- BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa**. Brasil – 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- BERGSON, Henri. **Matter and Memory**. London: George Unwin Ltd./New York: The MacMillan Company, 1929 [1908].
- BUZALAF, Márcia Neme. Revisionismo ou Negacionismo? A Ditadura Civil-militar no Filme “1964 – o Brasil entre armas e livros”. **Anais**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belém, 2019.
- CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Editora Vozes, 3ª ed., 1981.
- FERRO, Marc. **A história vigiada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- FICO, Carlos. **Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 13ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1999.
- MIÈGE, Bernard. O espaço público: perpetuado, ampliado e fragmentado. **Novos olhares**: revista de estudos sobre práticas de recepção a produtos midiáticos, São Paulo, ano 2, n. 3, p. 411, 1º sem. 1999.
- MIGUEL, Luiz Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do Discurso: princípios & procedimentos**. 12ª. ed. Campinas: Pontes, 2015.
- REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- VIANA, Nildo. **Senso comum, representações sociais e representações cotidianas**. Bauru: Edusc, 2008.

Submissão: 12/04/2021

Aceite: 18/11/2021